Memória e cultura política libertária: algumas notas sobre a história do anarquismo no Brasil.

*Allyson Bruno Viana**

Resumo

Após a queda do Estado Novo e da censura por este mantida, a atividade pública de militantes anarquistas no Brasil ressurge através da revitalização ou criação de centros e grupos libertários, do reaparecimento de sua imprensa e de sua atividade editorial. O presente artigo enseja destacar, por meio dos jornais libertários dos anos da "redemocratização", aspectos da construção da memória do movimento anarquista nas páginas de sua imprensa, buscando compreensão da auto-imagem que construíam como herdeiros e continuadores do legado das lutas sociais. Vislumbra-se, a partir desta prática militante, a compreensão de elementos definidores e característicos de uma identidade coletiva e de uma cultura política anarquista, em um período em que sua militância se refazia e ensaiava novos passos, mediados, necessariamente pela herança de sua atividade no passado.

Palavras-chave: Anarquismo. Memória-História. Cultura política.

Abstract

After Estado Novo and his censorship, public activity of anarchist militants reappers in Brazil, through the creation or revitalization of associations and libertarian groups, the reappearance of its press and its editorial activity. This article aims to highlight, through the 1940 to 1960's libertarians newspapers, aspects of the construction of the memory of the anarchist movement, seeking understanding of self-constructed image as heirs and followers of the legacy of social struggles. Through this militant practice, we seek understanding and defining elements characteristic of a collective identity and a anarchist political culture in a period in which its membership is remade and rehearse new steps, mediated necessarily by the legacy of its activity in past.

Keywords: Anarchism. Memory-History. Political culture.

* Professor Ms. do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará. Doutorando em História Social na Universidade Federal do Ceará, com pesquisa financiada pela CAPES. (email: allysonbruno@hotmail.com).

“(...)E com a exposição acima, os novos ficam inteirados de que desde mais de meio século, sempre houve nesta metrópole semeadores do Ideal, os quais depois de 10 ou 12 horas de trabalho cotidiano em seus ofícios, ainda procuravam dispor de algum tempo para dedicá-lo à publicação de jornais, propagando por essa forma a redenção humana. Com vontade, idealismo e dedicação muito se pode fazer.”

(José Romero – ‘O 10º aniversário de Ação Direta e os congêneres que a precederam no Rio de Janeiro’.)[1]

I.

Os estudos sobre a presença do anarquismo no Brasil não tiveram sua partida através do aporte acadêmico. O reconhecimento da necessidade de se escrever sobre a “questão social” ou sobre a trajetória das idéias libertárias, em variados períodos, acompanhou muitos dos militantes, grupos editores e organizações, que frequentemente se manifestavam em favor de um trabalho de coleta de dados, levantamento de publicações, da formação de arquivos que reunissem documentos importantes para o movimento. Desse trabalho de pesquisa deveria emergir uma história das lutas sociais no país, que garantiria não somente um direito à memória mas, ainda mais importante, possibilitaria o oferecimento do ponto de vista dos próprios anarquistas sobre a sua presença e atuação.

Necessidade partilhada por outros grupos político-ideológicos, a preocupação de legar relatos, interpretações e memórias e permitir, dessa forma, a escrita de sua própria história ganhou, entre os libertários, foros de missão. Na imprensa de classe eram frequentes os apelos pela coleta de documentos relativos ao associativismo dos trabalhadores, a divulgação de acervos, de centros de estudos, os levantamentos de publicações até então oferecidas ao público, num esforço por mapear edições, opúsculos, brochuras, jornais, revistas ou panfletos.

Exemplar nesse sentido foi o esforço pioneiro que fez a revista *A Vida,* “publicação mensal anarquista”, lançada em 1914, no Rio de Janeiro. Dada a público num momento de refluxo do movimento operário, em que este sofria divisão entre os adeptos do sindicalismo revolucionário (aderidos à Confederação Operária Brasileira, fundada em 1906) e a tendência reformista que se abrigava na Confederação do Trabalho, fruto de um congresso realizado em 1912, a revista era obra de alguns dos mais ativos militantes anarquistas, como Francisco Viotti, José Oiticica, Florentino de Carvalho, Astrojildo Pereira, Adelino de Pinho, Fábio Luz, entre outros.

1 *Ação Direta,* Rio de Janeiro, maio de 1956.

Ao seu primeiro número, *A Vida,* explicitando a preocupação com a história dos primeiro passos do associativismo dos trabalhadores no Brasil, realiza pesquisa e solicita dos leitores informações sobre o tema, inclusive com pretensões de levantar relatos de todas as regiões do país. Sob o título “Bibliografia brasileira sobre a questão social”, inquiria:

> *“Desde quando se escreve, no Brazil, sobre a questão social? Que livros, que folhetos, que jornais se teem publicado aqui, a respeito das doutrinas socialistas em geral?*
>
> *São perguntas a que cada um de nós poderá responder parcialmente, mas a que talvez nenhum o poderá fazer de modo completo. Entretanto, se juntarmos as respostas parciais de cada, obteremos um resultado tanto quanto possível completo.”*[2]

Na edição seguinte, *A Vida*, além da rubrica “Bibliografia brasileira sobre a questão social”, passa a publicar coluna intitulada “Subsídios para a história do movimento anarquista no Brazil”, composta de relatórios e documentos, parte dos quais estavam sendo preparados por grupos de várias regiões do país com vistas à participação em um Congresso Anarquista Internacional. A deflagração do conflito europeu em 1914, entretanto, não permitiu a realização do certame e o jornal passou a publicar os relatórios parciais que estavam em elaboração, inaugurando o espaço com um relatório sobre o movimento anarquista em Porto Alegre que historiava a chegada na cidade dos primeiros militantes egressos da Colônia Cecília e a participação destes no movimento operário local na criação de grêmios, associações e publicação de jornais.[3]

Em outros periódicos, seja através da coleta e divulgação de documentos e relatos alusivos à atividade dos libertários no Brasil, seja no levantamento de publicações diversas que discutiam o tema das doutrinas socialistas e os problemas sociais e, posteriormente, na publicação de relatos memorialísticos, ia-se constituindo, aos poucos, uma teia de informações que daria forma a uma história do anarquismo no país. Este esforço seria ladeado pelo trabalho de pesquisadores, arquivistas e historiadores que, compreendendo a vocação internacionalista das idéias libertárias, propuseram a elaboração de verdadeiras enciclopédias do anarquismo no mundo, em um esforço de síntese que ligou, em épocas diversas historiadores e pesquisadores como Max Nettlau, Jean Maitron, Carlos Rama e Edgar Rodrigues.[4]

2 *A Vida,* Rio de Janeiro, 30/11/1914. Edição Fac-similar. Organização do Centro de Memória Sindical e Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro (Milão). Rio de Janeiro: Ícone, 1988.

3 *A Vida,* Rio de Janeiro, 31/12/1914.

4 NETLLAU, Max. **Bibliographie de l’Anarchie.** Bruxelles: Bibliothèque des «Temps Nouveaux», Paris: P.-V. Stock, 1897. ______. **Breve storia dell’anarchismo.** Cesena: L’Antistato, 1964. MAITRON, Jean. **Histoire du mouvement anarchiste en France (1880-1914),** SUDEL, Paris, 1951; ______. **Ravachol e os anarquistas.**

II.

A academia, o apontara Michael Hall, manteve por muito tempo postura refratária à história do anarquismo, transitando entre o desinteresse relativo ao tema e as pesquisas cujo fito parecia ser descredenciar o anarquismo enquanto estratégia política (HALL, 1998, p.9). A atuação libertária aparecia, geralmente, enquadrada em lógica interpretativa que lhe era oposta, no mais das vezes alicerçada em pressupostos do marxismo, para em seguida ser diagnosticada com o rótulo de "imaturidade política" e elencada entre as causas dos insucessos da classe trabalhadora nas primeiras décadas da República.

As pesquisas propriamente acadêmicas foram precedidas pelas memórias de militantes em que o tom de projeção pessoal pontuava as sensibilidades políticas de determinados períodos, deixando claras as rupturas que vivenciaram seus autores, as quais constituem uma chave de compreensão sobre o processo de elaboração de suas interpretações.

Esta produção, com predominância de militantes da corrente comunista, representa uma preocupação destes de marcar a distinção com dimensões significativas de seu passado militante[5]. Elaboram o que Batalha chamou de histórias de "corte" ou "histórias inaugurais" em que emergem as genealogias do Partido Comunista do Brasil (PCB) e que dividem a história operária em antes e depois da fundação do partido (BATALHA, 1998, p.147). O advento do partido apareceria como o marco temporal que dividiria duas fases do movimento operário, e neste, o anarquismo resultaria numa fase pré-política, superado pelo "amadurecimento" que representaria o PCB.

Justificador da política adotada pelos comunistas, o marco de 1922, estabelece o *antes* e o *depois*, na intenção de exorcizar o fantasma do anarquismo. Este recorte, diga-se, foi acriticamente apropriado nos primórdios da produção acadêmica sobre as lutas operárias, como um suposto limite à influência do anarquismo no Brasil. A este marco temporal a corrente das sínteses sociológicas, que frutificou entre os anos 1950 e 1960, acrescentaria o ano de 1930, nascimento da estrutura sindical corporativa e fim do sindicalismo livre e de ação direta pelo qual pugnavam os libertários.[6]

Lisboa: Antígona, 1981. RAMA, Carlos e CAPELETTI, Ángel. **El Anarquismo en America Latina.** Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1990. RODRIGUES, Edgar. **Universo Ácrata**. Florianópolis: Ed. Insular, 1999. 2 Volumes.

5 Nessa perspectiva, estão entre os mais conhecidos os livros de: PEREIRA, Astrojildo. **Ensaios Históricos e Políticos.** São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979. BRANDÃO, Octávio. **Combates e Batalhas** (memórias vol. I). São Paulo: Alfa-omega, 1978. DIAS, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil.** São Paulo: Alfa-omega, 1977.

6 Entre estes, pode-se citar: CARDOSO. Fernando Henrique. Proletariado no Brasil: Situação e Comportamento Social. *Revista Brasiliense*. nº 41, ano 1962. LOPES, Juarez Brandão. ***Desenvolvimento e Mudança Social.*** **Formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. RODRIGUES, Leôncio Martins. **Sindicalismo e conflito Industrial no Brasil.** São Paulo: DIFEL, 1966.

As últimas três décadas trouxeram a luz uma série de trabalhos realizados dentro de uma perspectiva de revaloração da experiência anarquista no Brasil. Sintoma da crise da esquerda institucional enquanto organizadora da história das lutas sociais, essa produção pode ser caracterizada pela abordagem múltipla do objeto, seja na perspectiva metodológica empregada, seja na variedade de aspectos da atuação libertária enfocados.

Podemos destacar, sem qualquer pretensão de fazer um levantamento que fugiria ao escopo deste texto, as biografias de militantes anarquistas realizadas por Khoury, Horta, Romani e Nascimento[7]; o disciplinamento das grandes cidades e a perspectiva de gênero na obra de Rago[8]; as análises sobre a natureza da militância anarquista e anarco-sindicalista e a conjuntura das grandes greves operárias de Seixas, Lopreato e Toledo[9]; as realizações educativas e literárias dos libertários analisadas por Luizetto e Jomini[10], o papel fundamental da imprensa libertária[11]; o episódio da Colônia Cecília abordado por Mueller e trabalhos de Samis[12] sobre a repressão e deportação de militantes anarquistas para colônias penais no Norte do país e sobre a militância transnacional de Neno Vasco.

Em verdade, apesar de parte dessas pesquisas elaborar crítica aos marcos de periodização político-institucionais dentro dos quais se buscou limitar a presença do anarquismo, é perceptível a permanência de determinados recortes temporais. O início dos anos 1930, a exemplo, permaneceu como baliza cronológica em muitos estudos.

São ainda poucos os estudos que transpõem as periodizações usuais, mas é a própria dinâmica da militância libertária que parece sugerir a expansão dos recortes temporais em algumas pesquisas. Entre estas, Sérgio Norte analisou os libertários no pós-Estado Novo, num momento de reorganização do movimento após uma década de revezes, "no qual os anarquistas faziam a sua travessia no deserto, derrotados, perseguidos, época em que parecem ter desaparecido" (NORTE, 1994, p. 11). Edgar Rodrigues em várias pesquisas relatou as atividades

7 KHOURY, Yara . **Edgard Leuenroth: uma voz libertária. Imprensa, memória e militância anarco-sindicalista**. Tese de Doutorado. FFLCH/USP,1988. 7 DUARTE, Regina Horta. **A Imagem Rebelde. A trajetória libertária de Avelino Fóscolo.** Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP, 1991. ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori: uma aventura anarquista.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002. NASCIMENTO, Rogério Humberto. **Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

8 RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; ____________. **Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

9 SEIXAS, Jacy.A. **Memoire et oubli: anarchisme et syndicalisme revolutionire au Brésil**. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1992. LOPREATO, Christina. **O Espírito da Revolta – a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Anna Blume/Fapesp. 2000 TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário. Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

10 LUIZETTO, Flávio Venâncio. **Presença do Anarquismo no Brasil: Um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920.** São Carlos: Tese de Doutorado – USP, 1984. JOMINI, Regina Célia Mazoni. **Uma Educação para a Solidariedade.** Campinas: Pontes, 1990.

11 GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge. A Imprensa Libertária no Ceará. São Paulo: Imaginário, 2001.

12 MUELLER, Helena Isabel. **Flores aos Rebeldes que Falharam. Geovanni Rossi e a utopia anarquista.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. SAMIS, Alexandre. **Clevelândia. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. São Paulo: Ed. Imaginário, 2002. _____________. **Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos.** 1. ed. Lisboa: Letra Livre, 2009.

dos ácratas após o fim da ditadura varguista. Azevedo analisou a preservação da identidade anarquista entre 1927 e 1937; e Lucia Parra abordou a vigilância do DEOPS/SP sobre o movimento anarquista[13]. Nildo Avelino enfocou a militância de libertários que reuniam-se em torno do Centro de Cultura Social, elaborando análises sobre uma "moral anarquista" e uma ética da existência que se constitui numa "*visão de mundo que corresponde a uma maneira de viver (...)*" (AVELINO, 2004, p.19).

III.

Os jornais impressos constituíram uma das facetas mais visíveis do ressurgimento da militância anarquista na arena pública após a derrocada do Estado Novo. O ocaso da ditadura varguista sinalizou o início de um período de luta pela reconquista de liberdades políticas formais, no qual a atividade dos militantes libertários, após silenciamento de mais de dez anos, ensejou à reconstrução de agrupações ácratas, a realização de manifestações públicas, a produção e divulgação de sua imprensa, bem como significativa atividade editorial.

Títulos como *Remodelações, Ação Direta, O Archote e Spartacus,* publicados no Rio de Janeiro; *O Protesto*, em Porto Alegre e *A Plebe, O Libertário* e *Dealbar* publicados em São Paulo tornaram-se ferramentas importantes da reinserção pública do anarquistas no período. Esta visibilidade, no que respeita aos periódicos, ultrapassou a decretação da ditadura seguinte, em 1964, e somente encontrou seu termo após o "fechamento final" desta, com a decretação do Ato Institucional nº 5, em 1968.

Traço comum na imprensa de cariz libertário, como referido anteriormente, estes jornais elaboram um projeto particular de preservação da memória mediado pela cultura política anarquista. Mantêm-se como imprensa de opinião em um momento de transformação "modernizadora" e comercial dos jornais no país - que, supostamente, substituíam a doutrinação pela informação.

Sustentados por subscrições dos próprios leitores e sofrendo oposição de setores dominantes e de outros grupos político-partidários que dificultavam sua produção e circulação, eles preservam características comuns à imprensa de finais do século XIX e das primeiras décadas do século XX, como o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de idéias e a pretensão de intervenção no espaço público (LUCA, 2005. p.133).

---

13 AZEVEDO, Raquel. **A Resistência Anarquista. Uma questão de identidade. (1927-1937**) São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. PARRA, Lucia Silva. Combates pela Liberdade. **O Movimento Anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003.

Obra que congraçava velhos e novos militantes, os periódicos libertários do período funcionavam como elo geracional, além de reivindicarem para si o papel de depositários da memória libertária e das lutas sociais que supunham dever legar à posteridade. Suas análises das transformações contemporâneas da sociedade são mediadas pelo arcabouço de sua trajetória e pela necessária ligação com a tradição anarquista dos outros países.

O esforço por traçar as teias de continuidade entre os vários momentos da presença do anarquismo em âmbito internacional é patente no jornal *Ação Direta*, da rubrica de página inteira intitulada "Documentário", encimada pela seguinte explicação:

> *"Ação Direta acha de grande utilidade e interesse traduzir, para os leitores brasileiros, documentos antigos ou modernos, sobretudo estes. (...) é de toda importância que os libertários brasileiros leiam, nos documentos, o modo de pensar, as resoluções e atividades dos militantes nos vários países. Nesta página irão sendo eles arquivados e constituirão uma história viva do anarquismo mundial."*[14]

A leitura dos documentos, das resoluções, das publicações era "recomendada aos anarquistas em particular e aos trabalhadores em geral" posto que aqueles documentos históricos eram resultado de *"longos debates e estudos dos mais experimentados companheiros de luta"* e que constituíam *"lição viva e, só por si, valem um curso inteiro de sociologia libertária"*[15].

Na imprensa libertária dos anos entre 1945 e 1968, o projeto de educação calcado na circulação de livros e leituras divulgadores dos valores que formariam o *"homem novo"*, está presente no anseio de tornar possível a escrita da história das lutas sociais. Os artigos de fundo histórico ocupam considerável espaço nos jornais, rememorando eventos, evidenciando a tradição herdada na biografia de militantes ilustres, recompondo a trajetória de associações de trabalhadores e seus veículos de comunicação.

Articulando a cultura libertária com noções de tempo e de memória, emerge um relato que transcende as periodizações político-institucionais que intentaram encerrar o anarquismo no passado. É a própria identidade libertária que se vai galvanizando e sendo partilhada, à medida em que, a partir do transcorrer mesmo do movimento, vão surgindo seus marcos sociais de memória. Constitui-se, dessa forma, uma memória coletiva.[16]

14 *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 10/4/1946.

15 *Ação Direta,* Rio de Janeiro, 1/6/1946.

16 Na perspectiva de que é pensada como a seleção, a interpretação e a transmissão do passado a partir do ponto de vista de um grupo social determinado. Ver: Halbwachs, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro, 2004 e RICOER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Ed. UNICAMP, 2007. Sobre o papel das recordações na formação de identidade de determinado grupo nos afirma ainda Lowenthal: "Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que

A propósito do destacado lugar que a Revolução Francesa teve na formação da identidade do movimento operário no final do século XIX e inícios do XX, Batalha nos lembra que faz parte da tradição socialista e anarquista traçar continuidades entre eventos e idéias em que se possa identificar a luta dos trabalhadores, algumas vezes retornando a episódios longínquos na procura do que se supõem seja uma genealogia das idéias que defendem. É, desta forma, uma estratégia de legitimação histórica e política e a significação dada a cada um dos eventos que compõem a memória dos operários pode variar de acordo com a tendência segundo seus objetivos políticos (BATALHA, 1991, p. 237-238.).

Na elaboração de comemorações rituais, cita-se uma tradição contraposta à tradição oficial burguesa e ligada ao permanente projeto educativo que defendiam os anarquistas. Os marcos de memória são componentes, doutra parte, de uma "cultura política" própria aos libertários, construção de gerações sucessivas e que os peculiariza em relação a outros agrupamentos políticos, embora fazendo parte de uma mesma tradição da "cultura radical" da classe trabalhadora em sua origem. Na esteira da definição de Motta para o conceito, compreendemos cultura política como

> *"conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro"* (MOTTA, 2009, p.21).

As representações políticas, numa acepção em que estas não estão separadas das práticas que as engendram e as confirmam ou modificam, englobam um espectro amplo formado pela ideologia, pelo léxico próprio, pela memória, a iconografia, e formam, pois, uma cultura visual e simbólica que pode se manifestar nas alegorias, emblemas, caricaturas, fotografias, nas bandeiras, cartazes, entre outros (MOTTA, 2009. p.21-22).

Esse conjunto de valores, com sua fértil provisão de eventos simbólicos, textos seminais, grandes personagens, funciona, no dizer de Bernstein, como uma "grade de leitura do social" que fornece uma chave de inteligibilidade da sociedade em que se vive e na qual se pretende operar uma intervenção (BERSTEIN, 2009, p. 35).

---

fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado." (p. 83) Ver: LOWENTHAL, David. "Como conhecemos o passado" *In:* Projeto História. Revista de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, nº 17, novembro de 1998.

É à existência destes valores coletivos, social e politicamente construídos e partilhados que se pode creditar a compreensão entre os anarquistas de possuírem uma identidade comum e distinta das outras correntes políticas componentes do movimento operário , embora jamais tenha se caracterizado como um movimento homogêneo, seja no campo das idéias ou das práticas (MANFREDONIA, 1999, p.260). Como sustenta Manfredonia, ao se buscar explicar os comportamentos libertários

> *"(...) a partir do estudo dos sistemas de referências ou representações partilhadas pelo conjunto dessa família política, logo as oposições desaparecem. Se vamos por este caminho, é fácil mostrar que os anarquistas são portadores de uma verdadeira cultura política. Ela os leva a ter não somente uma maneira de fazer política ou de reagir frente aos acontecimentos, mas igualmente uma visão de mundo comum fundada sobre um sistema de normas e valores que lhes são próprios"* (MANFREDONIA, 1999, p.261).

A adesão a um certo número de valores e referências históricas nutre a identidade libertária. O Primeiro de Maio é saudado invariavelmente como uma dessas datas significativas à memória dos trabalhadores[17]. O martiriológio dos operários anarquistas executados em Chicago é apresentado, ano após ano, em páginas inteiras de números especiais dos jornais, como momento chave da definição da postura de enfrentamento à burguesia capitalista e ao Estado. Os antecendentes históricos são traçados, as últimas palavras dos condenados são repetidas e o alerta é dado contra os que desejam esvaziar o sentido de luta da data magna dos trabalhadores: *"É uma data de protesto. Não é a 'festa' do trabalho como afirmam os mistificadores. O trabalho vive escravizado e os escravos não costumam festejar a sua escravidão."*[18]

Em junho de 1967, *Dealbar*, voz impressa dos anarquistas de São Paulo noticiava as comemorações do Primeiro de Maio daquele ano, realizadas nas modestas acomodações do Centro de Cultura Social, expondo a necessidade de contraposição à história oficial ao passo que apresenta os libertários como depositários da memória social do episódio:

> *"Esta memorável data proletária foi condignamente comemorada pelos libertários de São Paulo, que como herdeiros diretos que são da filosofia social que animou os protagonistas daquela histórica tragédia, zelam para que seja mantida a pureza da sua verdadeira significação histórica.*

17 Entre vários estudos dedicados à comemoração do Primeiro de Maio ver: HOBSBAWM, Eric. "A transformação dos rituais do operariado". *In:* **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. PERROT, Michèle. "O primeiro Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário". *In:* **Os Excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. DEL ROIO, José Luis. 1º de Maio. Cem anos de luta, 1886-1986. São Paulo: Global, 1986.

18 *A Plebe,* São Paulo, 1/5/1948.

> *(...) O último orador da noite foi o velho militante anarquista Edgard Leuenroth. Êste jornalista, sem tomar conhecimento de seus oitenta e cinco anos de idade, fazendo jus aos seus pendores naturais de arquivista trouxe farta documentação sôbre a memorável tragédia de Chicago, que não chegou a expô-la totalmente porque o tempo era bem curto para a sua lúcida memória que* [é] *um verdadeiro repositório histórico de tôda a luta social universal"*[19]

Trata-se, pois, não somente de afirmar a memória e a história das lutas sociais, mas de nelas preservar um sentido, conformando significados caros aos trabalhadores e que estavam em disputa entre outros grupos políticos e sociais.

Como anotara Azevedo, a busca de referenciais no passado e vínculos com a tradição libertária de outros países era mister à preservação da identidade anarquista. Ainda mais em momentos de enfraquecimento da influência libertária, fazia-se necessário ligar-se aos momentos-chave da luta operária e anarquista, pela reprodução de rituais, iconografias e simbologias (AZEVEDO, 2002. p.167).

Além do episódio dos "mártires de Chicago", a cronologia de que emergem memórias entre os anarquistas completava-se com eventos tais como a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, a Comuna de Paris de 1871, o assassinato do pedagogo anarquista espanhol Francisco Ferrer y Guardia, em 1909, a condenação de Sacco e Vanzetti pelo governo estadunidense à pena capital, a eclosão da Revolução Espanhola em 1936 e a morte de Buenaventura Durruti.

Construtores de identidades, os eventos significativos a uma tradição política são motivo de embates não apenas pela definição de seus significados, mas muita vezes pela sua própria preservação e valorização frente as investidas da cultura oficial e dominante. Em 14 de julho de 1946, o semanário anarquista *Ação Direta* bradava contra o "apagamento" das datas comemorativas significativas para as lutas dos trabalhadores:

14 de Julho

> *O Estado Novo acabou com todos os feriados comemorativos da liberdade e fraternidade: a confraternização dos povos, Tiradentes, 13 de maio e 14 de julho. Este, sobretudo, era mal visto pelo fascismo e odiado pela Igreja. Porém, para os espíritos ansiosos de liberdade, igualdade e fraternidade, 14 de julho é a data mais simbólica.*[20]

19 *Dealbar*, São Paulo, junho de 1967.

20 Ação Direta, Rio de Janeiro, 14/06/1946.

E continuava, antes de passar a reprodução de trechos da obra "A Grande Revolução", de Piotr Kropotkin:

> Nesta época de esquecimento calculado dos grandes episódios de rebelião popular, contra a Secular Injustiça que é a propriedade particular, madre nefanda de todos os açambarcadores, é-nos grato relembrar o episódio culminante desta estupenda jornada.[21]

A exterioridade dos marcos da história oficial dá lugar à articulação entre os eventos históricos ligados à tradição operária e as datas marcantes da trajetória anarquista no país. É uma história que se vai escrevendo pela valorização da memória ligada a cultura associativa dos anarquistas, seja relativa à sua organização, aos grandes momentos de confronto com o Estado e outros grupos políticos, ou pelas memórias exemplares e pelos necrológios de antigos militantes que o tempo vai subtraindo ao movimento.

1906, 1913 e 1920, anos de realização dos Congressos Operários Brasileiro, a grande greve de 1917 e seus desdobramentos, as revoltas de 1924 em São Paulo e o desterro de militantes para a colônia penal de Clevalândia do Norte, no Oiapoque ou o confronto com os integralistas na Praça da Sé em 1934 são desses marcos pelos quais se recoloca em discussão a trajetória das lutas sociais e se atualiza uma identidade libertária.

Cumpria relatar esses episódios, como compreendia José Romero - um desses militantes com pendores de arquivista – não somente para informar as vindouras gerações sobre a obra realizada em outros tempos, mas sobretudo para encorajá-los à sua continuação. Documentos preservados por Romero foram o escopo de muitos artigos de fundo histórico nas páginas do *Ação* Direta, notadamente entre os anos de 1955 e 1957, quando abasteciam a coluna *"Baú Velho"* (rebatizada depois de *"Baú de Lembranças"*). Coletar os vestígios da trajetória libertária, com os quais se pudessem informar os relatos históricos era tarefa de monta, e o próprio grupo editor do jornal muitas vezes solicitava dos leitores a cessão de documentos com o que se pretendia produzir futuros relatos.

É na articulação desse conjunto de fatos caros à trajetória das lutas libertárias, aparentemente isolados, que se pode encontrar uma lógica da periodização que supera os marcos convencionais que foram usualmente utilizados, não inspirados, entretanto, pela dinâmica da militância anarquista. Essas datas, esse encadeamento de eventos ganha sentido quando

21 *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 14/06/1946.

articulados ao quadro mais amplo do percurso das idéias e práticas libertárias no país. À maneira do que sugere Pomian acerca das periodizações, os fatos adquirem significado

> *"(...)a partir do momento em que são relacionados com uma realidade contínua, invisível ou reconstituível, mas sempre inacessível à vista; a partir do momento em que são considerados como suas manifestações discretas"* (POMIAN, 1993, p.208).

Os marcos de memória libertários estão, por sua vez, integrados a uma compreensão do tempo que sinaliza a crença no advento do novo, consagrando a idéia de ruptura da ordem vigente rumo à transformação social. O "novo tempo", o tempo da revolução, o alvorecer de um horizonte lisonjeiro aparecem como consequências diretas da mobilização, do esclarecimento, do florescer de homens e mulheres renovados, para os quais os valores da solidariedade, da justiça, do apoio mútuo e do anti-autoritarismo fossem misteres. "Aurora", "Despertar", "Alvorada", "Tempos Novos" repetem-se enquanto títulos de jornais libertários em várias partes do mundo.

A imprensa libertária dos anos 1945 a 1968 mantém essa tradição, que pode ser percebida nos artigos, na iconografia, em poesias e mesmo na denominação expressiva de um jornal como *Dealbar*, cujo cabeçalho trazia ao lado do título o desenho de uma aurora encimando o dístico: *"A idéia é como a gota d'água. Pode refletir a imensidade."* A crença na transformação da sociedade era assim associada ao título do periódico:

> "Dealbar *é para nós a expressão de uma esperança certa, aurora próxima que marcha célere ao encontro de dias melhores. Clamor uníssono de ardentes corações que almejam paz, querem justiça, procuram harmonia, repudiam violência. (...)É sempre e sempre o chegar de um novo dia que há de iluminar a mente dos que tudo podendo, nada fazem; dos indiferentes, dos adormecidos e dos conformados."*[22]

A aurora que prenuncia o novo, outra das tantas imagens que a Revolução Francesa legou à cultura operária radical desde meados do século XIX, manteve-se como uma das principais alegorias da linguagem figurativa anarquista. O sol, a luz, na simbologia da grande revolução remetem à representação da crença na razão, a clareza das idéias que se opõem às trevas da ordem anterior. (STAROBINSKY, 1988, p.38) Nas alegorias anarquistas, lembra Azevedo *"a tocha e o sol eram os signos da libertação, constituindo-se nos elementos plásticos que iluminavam as cenas exultantes da nova Era"* (AZEVEDO, 2002, p.222).

Preocupados em ver escrita e transmitida a história das lutas sociais em que tomaram parte, os libertários propuseram uma construção de memórias intimamente ligadas à cultura

[22] *Dealbar*, São Paulo, junho de 1967.

política anarquista, em que não somente valores e idéias são postas em relevo, mas sobretudo a trajetória particular do movimento, com seus feitos, seus marcos, suas datas significativas, suas vidas exemplares. A lembrança, articulada coletivamente, propunha um dimensionamento da lógica interpretativa própria dos libertários e consagrava a crença num futuro em que esses valores, vividos por eles como um compromisso ético, poderiam levar à emancipação humana. Os versos finais da poesia "Maio Proletário" de Pedro Catallo, disso são expressão:

"Eu te saudo, Maio!
Aspiração e luz!
Saudo o martir e o povo que produz,
Saudo o pária, a orfandade aflita.
A jovem esposa onde palpita
A esperança de um porvir melhor
Ouvis de Maio o épico clamor?
Da sociedade velha e agonizante
Surgirá uma nova e livre. AVANTE![23]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELINO, Nildo. **Anarquistas: ética e antologia de existências.** Achiamé: Rio de Janeiro, 2004.

AZEVEDO, Raquel. **A Resistência Anarquista. Uma questão de identidade. (1927-1937)** São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.

BATALHA, Cláudio H. M. **Dicionário do Movimento Operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 – militantes e organizações.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

BATALHA, Cláudio. "*A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetória e tendências. In:* **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

BATALHA, Cláudio H. de Moraes. "Nós, filhos da Revolução Francesa. A imagem da revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX." *In:* **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 10, nº 20, 1991.

BERNSTEIN, Serge. **Les cultures politiques en France**. Paris: Le Seuil, 1999.

BERNSTEIN, Serge. "Culturas Políticas e Historiografia" *In:* KNAUSS, Paulo, AZEVEDO, Cecília, ROLLEMBERG, Denise (orgs.) Cultura Política, Memória e Historiografia. Rio deJaneiro: Editora FGV, 2009.

BRANDÃO, Octávio. **Combates e Batalhas** (memórias vol. I). São Paulo: Alfa-omega, 1978.

DIAS, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil.** São Paulo: Alfa-omega, 1977.

DUARTE, Regina Horta. **A Imagem Rebelde. A trajetória libertária de Avelino Fóscolo.** Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP, 1991.

GERALDO, Endrica. "Práticas libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo" In: **Cadernos AEL. Anarquismo e Anarquistas**. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 8/9, 1998.

GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge. A Imprensa Libertária no Ceará. São Paulo: Imaginário, 2001.

Halbwachs, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

[23] *Ação Direta,* Rio de Janeiro, abril de 1958.

HALL, Michael. Apresentação *In:* **CADERNOS AEL: anarquismo e anarquistas.** Campinas: UNICAMP/IFCH, vol. 8/9, 1998.

HOBSBAWM, Eric. "A transformação dos rituais do operariado". *In:* Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JOMINI, Regina Célia Mazoni. **Uma Educação para a Solidariedade.** Campinas: Pontes, 1990.

KHOURY, Yara . **Edgard Leuenroth: uma voz libertária. Imprensa, memória e militância anarco-sindicalista**. Tese de Doutorado. FFLCH/USP,1988.

LOPREATO, Christina. **O Espírito da Revolta – a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Anna Blume/Fapesp. 2000.

LOWENTHAL, David. "Como conhecemos o passado" *In:* Projeto História. Revista de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, nº 17, novembro de 1998.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. **Presença do Anarquismo no Brasil: Um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920.** São Carlos: Tese de Doutorado – USP, 1984.

MAITRON, Jean. **Ravachol e os anarquistas.** Lisboa: Antígona, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MUELLER, Helena Isabel. **Flores aos Rebeldes que Falharam. Geovanni Rossi e a utopia anarquista.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

NASCIMENTO, Rogério Humberto. **Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

NORTE, Sérgio Augusto de Queiroz. **Contra Leviatã, Contra a História. A travessia do deserto: mitos, literatura e imprensa anarquista no Brasil – 1945-1968.** Tese de Doutoramento: Universidade de São Paulo, 1994.

PARRA, Lucia Silva. Combates pela Liberdade. **O Movimento Anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003.

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaios Históricos e Políticos.** São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979.

PERROT, Michèle. "O primeiro Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário". *In:* Os Excluídos da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas.** São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

POMIAN, Krzysztof. **Periodização.** *In:* Enciclopédia Einaudi (volume 29). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; _____________. **Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

RICOER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Ed. UNICAMP, 2007

RODRIGUES, Edgar. **Universo Ácrata**. Florianópolis: Ed. Insular, 1999. 2 Volumes.

ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori: uma aventura anarquista.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. São Paulo: Ed. Imaginário, 2002.

SAMIS, Alexandre. **Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos.** 1. ed. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SEIXAS, Jacy.A. **Memoire et oubli: anarchisme et syndicalisme revolutionire au Brésil**. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1992.